

Demonstrações Financeiras

Angelus Seguros S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Angelus Seguros S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Descrição dos negócios:

A Seguradora tem por objeto a operação em seguros do ramo pessoas e patrimoniais em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Atualmente trabalha com Seguro de acidentes pessoais, vida em grupo, prestamista, e seguros residencial e empresarial.

Em janeiro de 2021, a SUSEP deferiu pedido realizado pela companhia para alteração da segmentação de S3 para S4, conforme Ofício Eletrônico nº 5/2021/COMOC/CGMOP/DIR4/SUSEP.

Comentários sobre a conjuntura atual:

A Administração monitora o mercado de atuação com vista ao aproveitamento das melhores oportunidades, alinhadas a estratégia de negócios da Companhia.

Todo o aparato regulatório da atividade é acompanhado com muita responsabilidade e controle. A Seguradora garante a cobertura dos riscos que assume por meio de reservas constituídas e adequado nível de liquidez financeira, mantendo suas aplicações com rendimento compatível com as melhores práticas do mercado e com política conservadora de risco assumido.

Desempenho:

Os prêmios emitidos no ano de 2025 no valor de R\$ 5.434 mil, representam um aumento de 29,04% em relação ao ano de 2024 (R\$ 4.211mil), este tem como principais fatores o aumento nos prêmios emitidos oriundos do aumento da base de clientes dos ramos de pessoas e patrimonial.

Os ativos totais em 31 de dezembro de 2025 representam um montante de R\$ 7.984 mil contra a R\$ 6.864 mil em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 16,33% de 2024 para 2025.

A administração tem implementado programas de melhoria contínua em processos e controles de subscrição, gestão de risco, regulação de sinistros e eficiência operacional, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. A companhia manteve sua política de investimentos objetivando melhorar a experiência do cliente e ser reconhecida em termos de qualidade e agilidade, criando condições de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos.

O resultado de 2025 foi um lucro de R\$ 244 mil, após impostos e participações, representando uma redução de 23,27% em relação ao ano de 2024 que apresentou lucro de R\$ 319 mil. Os principais fatores que influenciaram o resultado foram o aumento dos prêmios ganhos, o bom desempenho da sinistralidade, a gestão austera dos gastos administrativos e operacionais e a melhoria contínua dos processos, que contribuíram para maior eficiência do negócio. Ressalta-se, entretanto, que o lucro do exercício foi impactado negativamente pelo pagamento de despesas extraordinárias relacionadas ao consórcio DPVAT, o que explica a redução do resultado em relação a 2024, apesar da manutenção de um desempenho operacional positivo.

A Seguradora mantém sob absoluto controle a sua situação financeira, mantendo-se sempre em conformidade com as normas aplicáveis. Os resultados apresentados foram considerados em todo o planejamento da empresa.

A Sociedade se orienta por um estruturado planejamento estratégico, cujos pilares são “Pessoas como Expressão”; “Tecnologia como Meio”; e “Relações de Confiança com Real Geração de Valor.

Perspectivas:

Os cenários futuros são promissores e apontam para um crescimento sustentável das operações nos próximos anos, através de eficiência operacional, ampliação e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria contínua dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos e operacionais.

Políticas relativas aos lucros apurados

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o lucro líquido ajustado. O Estatuto da Sociedade prevê que o lucro excedente, não constituído em reservas específicas e não destinados pela Assembleia, será convertido em Reserva Complementar para futuro aumento de capital.

Declaração sobre a capacidade financeira

A Companhia, por força da regulação da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, precisa garantir condição financeira compatível com os riscos assumidos, podendo para tal fazer investimentos que capitalizam ao máximo suas sobras financeiras, dentro da melhor política de risco-retorno. Ao final do exercício de 2025 a Seguradora possui apenas investimentos em títulos do tesouro Pré-fixados IPCA NTN-B e SELIC LFT, que são utilizados como ativos garantidores das provisões técnicas e ainda títulos do tesouro SELIC LFT, que são ativos de livre movimentação.

Recursos Humanos

A Companhia entende que o sucesso e a competitividade no mercado dependem diretamente do conhecimento, habilidades e motivação de seus profissionais. Com isso, mantém programas permanentes de capacitação, treinamentos especializados e oportunidades de crescimento, com o objetivo de fortalecer a performance individual e coletiva. Além disso, esses programas visam não apenas o aprimoramento técnico, mas também o estímulo a uma cultura organizacional sólida e alinhada com os valores da empresa.

Agradecimentos

Queremos agradecer os senhores acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este ano.

Maringá, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração

ANGELUS SEGUROS S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		2.564	5.568
Disponível	4 - 5	279	159
Caixa e bancos	4 - 5	279	159
Aplicações	4 - 6	1.718	4.999
Títulos de renda fixa		1.718	4.999
Créditos das operações com seguros		526	398
Prêmios a receber	7	526	398
Títulos e créditos a receber	8	41	12
Créditos tributários e previdenciários		41	5
Outros créditos		-	7
Ativo não circulante		5.420	1.295
Realizável a longo prazo		5.192	1.116
Aplicações	4 - 6	5.192	1.116
Investimentos		169	169
Participações Societárias		169	169
Imobilizado	9	56	-
Bens moveis		85	44
Outras imobilizações		14	14
Depreciação		(43)	(58)
Intangível	9	3	10
Outros intangíveis		3	10
Total do ativo		7.985	6.863

ANGELUS SEGUROS S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante		1.061	680
Contas a pagar	4	581	476
Obrigações a pagar	12	236	207
Impostos e encargos sociais a recolher	11	39	29
Encargos trabalhistas	11	188	154
Impostos e contribuições	11	24	76
Outras contas a pagar	12	94	10
Débitos de operações com seguros	4	284	15
Outros débitos operacionais		284	15
Provisões técnicas – seguros	10	196	189
Danos		26	40
Pessoas		170	149
Não Circulante		291	-
Contas a pagar		291	-
Outras contas a pagar		291	-
Patrimônio líquido	13	6.634	6.183
Capital social	13	4.088	3.828
Reservas de lucros	13	2.554	2.368
Ajustes de avaliação patrimonial		(9)	(13)
Lucros acumulados		-	-
Total do passivo		7.985	6.863

ANGELUS SEGUROS S.A.

Demonstração do resultado dos exercícios findos

31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	16	5.434	4.211
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	16	(17)	(11)
(=) Prêmios ganhos	16	5.417	4.200
(-) Sinistros ocorridos	16	(497)	(680)
(-) Custo de aquisição	16	(182)	(127)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	16	(555)	(82)
(-) Despesas administrativas	16	(3.324)	(2.834)
(-) Despesas com tributos	16	(1.051)	(484)
(+) Resultado financeiro	16	662	561
(=) Resultado operacional		470	554
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		5	1
(=) Resultado antes dos impostos e participações		475	555
(-) Imposto de renda	17	(69)	(96)
(-) Contribuição social	17	(56)	(72)
(-) Participações sobre o lucro		(106)	(69)
(=) Prejuízo / Lucro líquido	13d	244	318
(/) Quantidade de ações	13d	765.678	735.889
(=) Prejuízo / Lucro líquido por ação – R\$	13d	0,32	0,43

ANGELUS SEGUROS S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro / Prejuízo do exercício		244	318
Ajustes com títulos e valores mobiliários	6	(9)	(13)
Imposto de renda e contribuição social sobre componentes de outros resultados abrangentes		4	5
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidas de impostos		(5)	(8)
Total do resultado abrangente do exercício, líquidas de impostos		239	310



ANGELUS SEGUROS S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>Lucros / Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 de dezembro de 2023		3.446	2.125	(4)	(0)	5.567
Integralização de Capital		383	-	-	-	383
Resultado Líquido do Período		-	-	-	319	318
Reserva Legal	13c	-	243	-	(243)	-
Dividendos	13c	-	-	-	(76)	(76)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(9)	-	(9)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2024		3.829	2.368	(13)	-	6.183
Integralização de Capital		260	-	-	-	260
Resultado Líquido do Período		-	-	-	244	244
Reserva Legal	13c	-	186	-	(186)	-
Dividendos	13c	-	-	-	(58)	(58)
Títulos e valores mobiliários		-	-	5	-	5
SALDOS EM 31 de dezembro de 2025		4.089	2.553	(8)	(0)	6.634

ANGELUS SEGUROS S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

Nome da Conta	Valor	
	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	244	318
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	17	8
ATIVOS FINANCEIROS	(795)	(691)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS	(128)	(79)
CRÉDITOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	(28)	2
OUTROS ATIVOS/OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS	(1)	(4)
FORNECEDORES	6	23
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	44	7
OUTRAS CONTAS A PAGAR	415	(5)
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	269	3
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS	7	40
OUTROS PASSIVOS	(18)	-
CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES	33	(378)
JUROS RECEBIDOS	-	-
IMPOSTOS SOBRE LUCROS PAGOS	(52)	47
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(19)	(331)
RECEBIMENTO PELA VENDA DE ATIVO PERMANENTE	(66)	-
IMOBILIZADO	(66)	1
INTANGIVEL	-	(1)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(66)	-
AUMENTO DE CAPITAL	260	383
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	(58)	(76)
OUTROS	4	(9)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	206	298
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	120	(33)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO ÍNICIO DO PERÍODO	159	191
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	279	159

ANGELUS SEGUROS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Angelus Seguros S.A. (doravante "Seguradora" ou "Companhia"), com sede e foro na Avenida Pedro Taques, 294, Conjunto 504, Zona Armazém – Maringá (PR) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo código civil, como que determina a legislação vigente, e em regência supletiva pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 13.818/19, Lei nº 14.030/20, Lei nº 14.195/21 e Lei nº 182/21, sendo este regramento adotado nesta ordem sucessiva e ainda no que forem aplicáveis as normas das sociedades simples, definidas na Lei nº 10.406/2002, permanecendo com prazo de duração indeterminado.

A sociedade tem por objeto social: Seguros do ramo de pessoas e patrimonial, autorizada a operar em todo o território nacional.

A composição acionária da companhia é representada por:

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO
REGINALDO CZEZACKI	45,00%
NILSON MARTINS MARQUES	22,50%
WILSON MARTINS MARQUES	22,50%
BORTOLOTTO PARTICIPAÇÕES	10,00%

Por seu objeto social, a sociedade deve respeito a todas as normas emanadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, lhe prestando informações conforme normas em vigor.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Seguradora em reunião realizada do 26 de fevereiro de 2026.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP n.º 678 de 10/10/2022, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas, conforme disposições da Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP n.º 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

2.3. Base para Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

Av. Pedro Taques, 294 - Sala 504 Torre Sul, Atrium Centro Empresarial

Maringá - PR, Brasil | CEP 87030-008 | Tel: (44) 3013-9350

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, a avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

2.4. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera e arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

As estimativas são estabelecidas a partir de julgamentos e estudos referentes a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir das estimativas iniciais em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas são revistas pelo menos a cada data de balanço.

2.6. Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e se utiliza de estimativas é na constituição dos passivos de seguros que envolvem diversas incertezas. A Seguradora se utiliza do capital segurado como a melhor estimativa do valor de liquidação dos sinistros. Os valores provisionados na maioria dos casos não diferem dos valores a serem pagos posteriormente.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares, ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes serão efetuados semestralmente, ou por ocasião da publicação de balanço.

Estimativas utilizadas para cálculo dos créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para sua realização.

Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

2.7. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco.

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras quando aplicável. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

As operações de cosseguro são contabilizadas com base nos contratos firmados com as congêneres.

As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência.

No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido.

No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

c) Ativos financeiros

De acordo com as características de seus fluxos de caixa contratuais, as aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo por meio do resultado sendo que parte delas se encontram vinculadas à garantia das provisões técnicas.

i. *Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros designados no momento da aquisição, com a intenção de negociação ativa e frequente. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

ii. *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por reduções ao valor recuperável.

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo, é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável), nos ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada com base na Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP n.º

678 de 10/10/2022, que determina a provisão para redução ao valor recuperável dos prêmios a receber vencidos a mais de 60 dias, com adição da totalidade dos valores a receber referente a mesma contraparte.

e) Custos de aquisição diferidos

Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que as respectivas receitas serão ganhas.

f) Ativo imobilizado e imóveis destinados a renda

Os ativos imobilizados são mensurados ao valor de custo menos amortização acumulada, e, quando aplicável, redução pelo seu valor recuperável.

Custos incorridos após a aquisição são ativados e reconhecidos como um ativo, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam revertidos à Seguradora, e o custo é razoavelmente determinável. Outras despesas com reparos e manutenção de imobilizado são reconhecidas no resultado do período.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e os seguintes períodos de vida útil estimada são determinados em cada grupo de ativo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos	5 anos	20% a.a
Outras Imobilizações	5 anos	20% a.a

A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis vigentes, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

g) Ativo intangível

Ativos intangíveis incluem o valor de softwares adquiridos de terceiros. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são avaliados por ocasião do reconhecimento inicial ao custo. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mantidos ao custo, líquidos de amortização e perdas pelo valor recuperável acumulados. A amortização é calculada usando o método linear, no prazo de cinco anos.

h) Contratos de seguros

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, referendado pela Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP nº 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

A Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

i) Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil (“leasing”) são classificados em dois grandes grupos: “leasing” operacional e “leasing” financeiro. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06 - Operação de Arrendamento Mercantil, é justamente a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

j) Passivo circulante e não circulante

Representado por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases “pró-rata die”) incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240; e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende aos impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Avaliação de passivos originados de contratos de seguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Emitidos - PPNG-RVE é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais, a partir do histórico das emissões ocorridas com atraso, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão

do prêmio. Assim essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos.

A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. O valor da provisão de IBNR é resultante da aplicação de percentuais sobre o somatório dos prêmios ganhos dos últimos 12 meses, anteriores ao mês da data-base de cálculo. Para a apuração do percentual a ser aplicado sobre os prêmios ganhos considera-se, em relação aos ramos Acidentes Pessoais (0982), Vida Coletivo (0993), Prestamista Coletivo (0977) e Compreensivo Residencial (0114), como referência a experiência da Companhia, a partir das informações de prêmios ganhos, IBNR observado e tempo médio entre a ocorrência e o registro dos sinistros. Já para o ramo Acidentes Pessoais Individual (1381), o percentual é apurado a partir das informações de mercado de prêmios ganhos e da provisão de IBNR. Para as datas em que a Companhia possui menos do que 12 meses de operação, considera-se o somatório dos prêmios e sinistros desde o início de suas operações.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro, quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agregada.

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é estabelecida para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, sendo provisionada com base na estimativa de resultado do contrato, para as apólices que possuem cláusula de Excedente Técnico em suas especificações.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não reconheceu valores referentes a salvados e ressarcimentos, bem como não mantém contratos de resseguro vigentes, não havendo, portanto, provisões ou ativos relacionados a tais operações.

m) Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - TAP)

Semestralmente, a Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos, conforme requerido pelo CPC11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de planos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações.

O TAP de 31/12/2025 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa corrente dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo as despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os contratos vigentes da Companhia são estruturados no Regime Financeiro de Repartição Simples.

Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos e certificados vigentes da Companhia, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros dos grupos de contratos 0993 – Vida Coletivo, 0982 – Acidentes Pessoais Coletivo e 1381 – Acidentes Pessoais Individual referentes à cobertura de Acidentes Pessoais, considerou-se a experiência da carteira da companhia nos últimos

12 meses incluído a data-base do teste, equivalente a sinistralidade de 8,42%. Para os grupos de contrato 0993 – Vida Coletivo e 0977 – Prestamista Coletivo, os sinistros futuros relacionados à cobertura de Morte (M) foram estimados a partir da aplicação da tabela de mortalidade BR-EMSmT 2021 segregada por sexo, considerando-se, ainda, os dados de família média conforme Censo Demográfico disponibilizado pelo IBGE em 2022 (nupcialidade e família; fecundidade e migração), para as coberturas de cônjuge e filhos do grupo 0993 – Vida Coletivo. Ainda, para o grupo de contrato 0993 – Vida Coletivo, a premissa de Desemprego Involuntário considerou a evolução do estoque de empregados e desligamentos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), resultando em parâmetro de 1,4835% ao ano.

Para o grupo de contrato 0114 – Compreensivo Residencial, os sinistros futuros relacionados à cobertura Compreensivo Residencial foram estimados a partir da experiência da carteira da Companhia nos últimos 12 meses incluído a data-base do teste, equivalente a sinistralidade de 7,90%.

A premissa de despesas administrativas foi apurada a partir de uma análise dos gastos históricos da Companhia, segmentados por rubricas (Diretoria, Compliance, Contabilidade, Assistência, Emissão, Regulação, Outros, Serviços de Terceiros, Localização e Funcionamento, Amortização/Depreciação e Publicações). Além disso, foi realizada projeção futura levando em conta o segundo semestre de 2025 como base para as estimativas dos próximos períodos, considerando os custos que deverão ser reduzidos ou eliminados caso venha a ocorrer o encerramento das atividades da Companhia. Ainda, as despesas administrativas foram projetadas em dois momentos distintos. Em um primeiro momento, até o fim de vigência do prêmio, levando em consideração a manutenção da operação de forma reduzida. E no segundo momento, até o fim de vigência dos sinistros, considerando as despesas mínimas necessárias para a administração do processo de liquidação de sinistros, fechamento de contas e encerramento das operações.

A partir desta informação, estabeleceu-se o critério de alocação conforme a utilização de cada grupo de contrato, observando-se entre os grupos de contratos 0993 – Vida Coletivo, 0982 – Acidentes Pessoais Coletivo, 0977 – Prestamista Coletivo, 0114 – Compreensivo Residencial e 1381 – Acidentes Pessoais Individual. As despesas com tributos relacionadas com o PIS e COFINS, foram determinadas a partir da aplicação do percentual de 4,65% sobre a projeção mensal de (Prêmios Recebidos + Receita Financeira – Sinistros Pagos), considerando de forma prudente uma receita financeira de R\$ 65.000,00 (manutenção da receita financeira média atual – totalidade dos ativos financeiros da Companhia na data-base).

Para a taxa de fiscalização durante os 12 (doze) primeiros de projeção, foi considerado o valor de R\$ 45.950,99, e após os 12 (doze) meses, o valor reduz para R\$ 6.600,00, até o encerramento completo das atividades. Os valores de receita financeira e taxa de fiscalização são alocados entre os grupos de contrato, conforme proporção ponderada de prêmios e sinistros projetados em cada mês. As despesas comerciais futuras foram apuradas conforme os percentuais contratualmente estabelecidos nas condições comerciais de cada apólice vigente.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco no Brasil, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foram considerados os parâmetros referentes ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV) para os grupos de contratos 0982 – Acidentes Pessoais Coletivo, 0993 – Vida Coletivo, 0977 – Prestamista Coletivo e 1381 – Acidentes Pessoais Individual e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA/IBGE) para o grupo de contrato 0114 – Compreensivo Residencial,

alinhado às obrigações dos seguros da Companhia que são atualizadas pelos referidos índices, conforme disposto nas Condições Gerais dos produtos em operação. O desconto a valor presente foi realizado a partir dos vértices mensais dos fluxos de caixa.

A seguir são apresentados os resultados do TAP, por grupo de contrato:

PRÊMIOS REGISTRADOS DE PPNG POR GRUPO DE CONTRATOS

GRUPO DE CONTRATOS	(A)	(B)	(C) = (A) - (B)	(D)
	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	SUPERÁVIT/DÉFICIT	PCC-PPNG
0982 - Acidentes Pessoais Coletivo	0,00	0,00	0,00	0,00
0993 - Vida Coletivo	0,00	0,00	0,00	0,00
0977 - Prestamista Coletivo	0,00	0,00	0,00	0,00
0114 - Compreensivo Residencial	353,42	374,33	-20,91	20,91
1381 - Acidentes Pessoais Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	353,42	374,33	-20,91	20,91

PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS DE PPNG POR GRUPO DE CONTRATO

GRUPO DE CONTRATOS	(A)	(B)	(C) = (A) - (B)	(D)
	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (ENTRADAS)	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS)	SUPERÁVIT/DÉFICIT	PCC - NÃO REGISTRADO
0982 - Acidentes Pessoais Coletivo	1.526.178,14	1.377.134,81	149.043,33	0,00
0993 - Vida Coletivo	146.212,74	188.062,92	-41.850,18	0,00
0977 - Prestamista Coletivo	60.671,92	60.484,40	187,52	0,00
0114 - Compreensivo Residencial	1.038.095,58	773.957,50	264.138,08	0,00
1381 - Acidentes Pessoais Individual	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.771.158,39	2.399.639,63	371.518,76	0,00

Conforme demonstrado nos quadros de resultado, o grupo de contrato 0993 - Vida em Grupo, o fluxo de caixa esperado apresentou insuficiência de R\$ 41.850,18 referente aos prêmios não registrados. Os demais grupos de contratos apresentaram suficiência: 0982 - Acidentes Pessoais Coletivo com R\$ 149.043,33, 0977 - Prestamista Coletivo com R\$ 187,52 e 0114 - Compreensivo Residencial com R\$ 264.138,08; totalizando uma suficiência de R\$ 371.518,76, observando-se compensação entre os resultados dos grupos de contratos.

Referente aos fluxos de prêmios registrados para o grupo de contrato 0114 - Compreensivo Residencial, apresentou insuficiência residual de R\$ 20,91 do valor registrado em provisão de prêmios em 31/12/2025 em relação ao fluxo esperado de sinistros e despesas decorrendo de um teste da Companhia e não de uma operação estruturada.

Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, em 31 de dezembro de 2025, observa-se que

as Provisões Técnicas estão suficientemente adequadas para a cobertura das obrigações correntes referentes aos contratos da Angelus Seguros S.A.

Por estar enquadrada no segmento S4, os resultados apresentados acima não geram impacto no Quadro 28 do FIP/SUSEP e na apuração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA).

n) Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda.

Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, com exceção das contingências relacionados a sinistros em que a Seguradora segue as estimativas conforme previsto no CPC 11 e Circular nº SUSEP nº 648/21 com alterações vigentes na Circular nº SUSEP n.º 678 de 10/10/2022 e suas posteriores alterações.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

o) Avaliação de ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Seguradora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Seguradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

p) Resultado por ação

O resultado do ano de 2025 é um lucro de R\$ 244 (em 2024 o resultado foi de R\$ 318), em 2025 a companhia apresentou lucro por ação de R\$ 0,32 contra R\$ 0,43 por ação em 2024.

q) Provisão Complementar de Cobertura – PCC

A Provisão complementar de Cobertura (PCC) será constituída quando identificada insuficiência nas provisões técnicas de acordo com os cálculos atuariais através do Teste de Adequações de Passivos – TAP. Na referida data base não houve a necessidade de constituição de PCC.

r) Crítérios de reconhecimento da contrapartida de aumento de provisão técnica gerada no TAP em decorrência da alteração de taxa de juros de mercado.

A companhia possui fluxos de caixa de curto prazo, os produtos atualmente comercializados estão constituídos no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual, por esse motivo a taxa de juros de mercado não tem impacto.

4. Política de Gerenciamento de Riscos

A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

a) Risco de subscrição de seguro

O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarificação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada.

i. Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

ii. Mitigadores do risco de subscrição - o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas.

iii. Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31 de dezembro de 2025 possibilita averiguar a adequação do montante

contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro.

Sensibilidade ao risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como um aumento e redução de 5pp e 10 pp na sinistralidade da carteira verificando o impacto no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

	31 de dezembro 2025			
	Piora		Melhora	
	10 p.p	5 p.p	10 p.p	5 p.p
Prêmios Ganhos	5.417	5.417	5.417	5.417
Sinistros Ocorridos	(1.039)	(768)	44	(227)
Índice de Sinistralidade	19,2%	14,2%	(0,8%)	4,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(542)	(271)	542	271
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(325)	(163)	325	163

	31 de dezembro de 2024			
	Piora		Melhora	
	10 p.p	5 p.p	10 p.p	5 p.p
Prêmios Ganhos	4.201	4.201	4.201	4.201
Sinistros Ocorridos	(1.100)	(890)	(260)	(470)
Índice de Sinistralidade	26,2%	21,2%	6,2%	11,2%
Impacto no PL e no resultado (bruto)	(420)	(210)	420	210
Impacto no PL e no resultado (líquido de impostos)	(252)	(126)	252	126

(*) não inclusa operação DPVAT

(**) Sinistros Ocorridos equivale a soma das indenizações avisadas, despesas com sinistros, variação de IBNR e de despesas relacionadas do IBNR. Valores retidos. Não há contratos de resseguro firmados pela seguradora em 31/12/2025.

(***)O comparativo de 2024 foi ajustado para refletir a nova metodologia de cálculo, passando o percentual a ser apurado com base no Prêmio Ganho, em substituição aos Sinistros Ocorridos.

b) Risco financeiro

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada à política de investimento definida.

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2025:

Classificação	BB-	B	Sem rating	Valor contábil
Caixa e bancos	-	-	279	279
Públicos	6.919	-	-	6.919
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	6.816	-	-	6.816
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	103	-	-	103
Privados	-	-	-	-
Certificado de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	-
Fundos	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	6.919	-	279	7.198

ii. *Risco de liquidez*

A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco para a Seguradora. A conformidade com a política é monitorada, e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente.

Ativos financeiros	31/12/2025		31/12/2024	
	Até um ano	1 - 5 anos	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros	1.718	5.192	6.910	6.115
Caixa e equivalentes de caixa	279	-	279	159
Crédito das operações de seguros	526	-	526	398
Títulos e créditos a receber	41	-	41	13
Total de ativos financeiros	2.564	5.192	7.756	6.685
Passivos financeiros	Até um ano	1 - 5 anos	Valor contábil	Valor contábil
Contas a pagar e outros valores à pagar	-	-	-	-
Débitos de operações de seguros	284	-	284	15
Provisão de Prêmios não Ganhos	1	-	1	-
Provisão de Sinistro a Liquidar	58	-	58	42
*Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados - IBNR	120	-	120	129
Provisão Despesas Relacionadas - PDR	8	-	8	6
Provisão Excedente Técnico	10	-	10	12
Total de passivos financeiros	481	-	481	204

Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

Concentração de risco.

A companhia possui contratos de cobertura para pessoas e patrimonial, com riscos pulverizados, sem concentração por região e por carteira, com frequências e severidades baixas, compatíveis com o apetite de riscos individuais da companhia, e com expectativa de mortalidade para os ramos de vida, de acordo com os estudos atuariais. Ademais, os

prêmios condizem com as coberturas e riscos, desta forma, suficientes para cobrir os eventos de sinistros e demais custos associados.

A Companhia atua com preferência pela distribuição em canais massificados, o que minimiza os riscos de frequência e severidade, mas também com emissões individuais.

Distribuição geográfica dos riscos.

Atualmente a Seguradora tem riscos emitidos nos estados BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PR, RJ, RO, RS, SC, SE, SP E TO, dentre estes, o estado do Paraná tem o maior volume de emissões.

Estado (UF)	Pessoas	%	Patrimonial	%
BA	0	0%	-	0%
CE	1	0%	-	0%
DF	1	0%	-	0%
ES	0	0%	-	0%
GO	1	0%	-	0%
MA	0	0%	0	0%
MG	54	1%	-	0%
MS	0	0%	-	0%
MT	592	15%	-	0%
PB	0	0%	-	0%
PR	2.156	54%	591	45%
RJ	-	0%	17	1%
RO	7	0%	-	0%
RS	671	17%	462	35%
SC	231	6%	148	11%
SE	-	0%	0	0%
SP	293	7%	86	7%
TO	12	0%	-	0%
Total	4.019	100%	1.305	100%

** Os estados BA, ES, MA, MS, e PB para o ramo de pessoas e os estados MA e SE para o ramo patrimonial, consta 0 pois não atingiram valor suficiente, padrão utilizado nesta Demonstração é em milhares de reais.

Moeda.

A companhia tem como moeda o Real (R\$), e não faz e opera com emissão de prêmio ou acúmulo de receita em outras moedas.

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Taxa de juros

Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos indexadas à variação do IPCA, selic e títulos pré-fixados.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 1% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2025:

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o	Impacto sobre o
		Patrimônio Líquido –	Patrimônio Líquido
		31/12/2025	– 31/12/2024
Ativos pós fixados - Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	36	33
Ativos pós fixados - Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	(36)	(33)

iv. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido conforme a Resolução CNSP nº 432/21 com alterações vigentes na Resolução CNSP nº 448/22 e alterações posteriores.

A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram o capital regulatório, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização do mesmo. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora.

A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na nota explicativa 13-e, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Companhia não opera com o produto VGBL ou produtos de sobrevivência, visto isso não possui índices de conversibilidade. Por não operar com sobrevivência, esta variável não foi considerada nos testes de estresse. Os produtos atualmente comercializados estão constituídos no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual, por esse motivo a variável inflação também não foi considerada no teste de sensibilidade.

5. Disponível

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	1
Banco	279	158
Total de caixa e equivalentes de caixa	279	159

6. Aplicações Financeiras

Classificação do Título	31/12/2025				Representatividade (%)	Indexador
	Valor	Valor	Valor	Valor		
	Mercado	Curva	MTM			
LFT	1.176	1.176	(0)		17%	SELIC
LFT	326	326	0		5%	SELIC
LFT	217	217	(0)		3%	SELIC
LFT	1.772	1.772	0		26%	SELIC
LFT	3.326	3.325	0		49%	SELIC
Total LFT	6.816	6.816	0		98,6%	
NTN-B	94	103	(9)		100%	IPCA
Total NTN-B	94	103	(9)		1,4%	
Total	6.910	6.919	(9)		-	
Circulante	1.718	-				
Não Circulante	5.192	-				

31/12/2024

Valor Classificação do Título	Valor Mercado	Valor Curva	Valor MTM	Representatividade (%)	Indexador
LFT	396	396	-	7%	SELIC
LFT	1.535	1.535	-	25%	SELIC
LFT	475	475	-	8%	SELIC
LFT	664	665	-	11%	SELIC
LFT	1.534	1.534	-	25%	SELIC
LFT	190	190	-	3%	SELIC
LFT	206	206	-	3%	SELIC
LFT	1.028	1.028	(1)	17%	SELIC
Total LFT	6.027	6.028	(1)	98,6%	
NTN-B	88	101	(12)	100%	IPCA
Total NTN-B	88	101	(12)	1,4%	
Total	6.115	6.128	(13)	-	
Circulante	4.999	-			
Não Circulante	1.116	-			

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimentos, nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos classificados como disponível para venda, foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

b) Estimativa de valor justo

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios:

- *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- *Nível 2:* inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- *Nível 3:* inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo dos ativos financeiros por níveis:

		31/12/2025					Total	Custos mais Rendimentos	MTM
Instrumentos financeiros	Nível	Sem Vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias				
LFT	1	-	1.176	543	5.098	6.816	6.816	-	
NTN-B	1	-	-	-	94	94	103	(9)	
Total		-	1.176	543	5.192	6.910	6.919	(9)	

		31/12/2024					Total	Custos mais Rendimentos	MTM
Instrumentos financeiros	Nível	Sem Vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias				
LFT	1	-	3.069	1.930	1.028	6.027	6.028	(1)	
NTN-B	1	-	-	-	88	88	101	(12)	
Total		-	3.069	1.930	1.116	6.115	6.129	(13)	

a) Movimentação das aplicações financeiras

Apresentamos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025:

Títulos	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2025
LFT	6.027	5.168	5.236	856	1	6.816
NTN-B	88	-	-	3	3	94
TOTAL	6.115	5.168	5.236	859	4	6.910

I) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Total das provisões técnicas	196	189
Total de Direitos Creditórios*	-	-
Total a ser coberto	196	189
<u>Ativos dados em garantia das provisões técnicas</u>	1.487	1.148
Títulos de renda fixa - públicos	1.487	1.148
Suficiência - \$	1.291	959
Suficiência - %	759%	609%

*O Direito Creditório não está aparecendo no quadro pois não atingiram valor suficiente, padrão utilizado nesta Demonstração é em milhares de reais. Em 12/2025 este apresentou o valor R\$ 405,90 já em 2024 foi de R\$ 398,77.

II) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não havia contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos.

7. **Prêmios a receber**

a) Detalhamento dos prêmios a receber por ramo:

	31/12/2025	A vencer 0 - 30 dias *
Ramos		
0114 - Patrimonial		120
0982 - Acidentes pessoais – coletivo		371
0993 - Vida em Grupo		27
0977 - Presta Mista		12
1381 - Acidentes pessoais – individual		-
Total Geral		530

(*) A composição dos Prêmios a Receber é majoritariamente composta por Prêmios de Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE

b) Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro 2024	398
(+) Prêmios emitidos	5.320
(-) Prêmios de Riscos Vigentes não emitidos	114
(+) IOF	112
(-) Recebimento	(5.415)
(-) Redução a Valor Recuperável	(3)
Saldo em 31 de dezembro 2025	526

8. Títulos e Créditos a receber

8.1 Créditos Tributários/Previdenciários e Adiantamento a funcionários

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos a Receber	6	5
Créditos Tributários/Previdenciários	35	-
Adto de Funcionários	-	7
Total de Créditos a Receber	41	13

9. Imobilizado e Intangível

Descrição	Imobilizado				Saldo residual 31/12/2025	Custo Total 31/12/2025	Depreciação Acumulada 31/12/2025
	Saldo residual 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação			
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos	-	66	25	(10)	56	66	(23)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-	(14)
Total	-	66	25	(10)	56	66	(37)

Descrição	Intangível				Saldo residual 31/12/2025	Custo total 31/12/2025	Amortização acumulada 31/12/2025
	Saldo residual 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Despesa Amortização			
Software	-	-	-	-	-	-	(95)
Intangível	7	-	-	(7)	1	-	(8)
Outros Intangíveis	3	-	-	-	3	-	-
Total	10	-	-	(7)	4	-	(103)

10. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a) Detalhamento das provisões técnicas por ramo – seguros

Ramos	Sinistros à Liquidar - PSL		Provisão de Despesas Relacionadas - PDR		Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR		Provisão de Excedente Técnico - PET	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Danos								
0114 – Patrimonial	15	6	-	-	10	34	-	-
Total curto prazo	15	6	-	-	10	34	-	-
Pessoas								
0977 – Prestamista	-	-	-	-	5	5	-	-
0982 - AP – coletivo	41	36	8	5	101	82	10	12
0993 – Vida em grupo	2	-	-	-	4	8	-	-
1381 - AP – individual	-	-	-	-	-	-	-	-
Total curto prazo	43	36	8	5	109	95	10	12
Total	58	42	8	5	120	129	10	12

*AP – Acidentes Pessoais

** CAD e PPNG Não estão aparecendo nos quadros pois não atingiram valor suficiente, padrão utilizado nesta Demonstração é em milhares de reais. Em 12/2025 o CAD ficou em R\$ 142,07 já a PPNG ficou em R\$ 137,83.

b) Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2025				
	Provisão para prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de Despesa Relacionada	Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de Excedente Técnico - PET
Saldo do Início do Período	-	42	6	129	12
Constituição/Reversão	-	501	5	(9)	18
Pagamento de sinistro/benefícios	-	(486)	(3)	-	(20)
Saldo Final do Período	1	58	8	120	10

c) Provisões de Sinistros Judiciais.

Atualmente na data base da DF a companhia tem um sinistro judicial, este está classificado como perda remota, a cia efetua as provisões de acordo com a probabilidade da ação sendo, Provável 100%, Possível 50% e remota 25%, segue quadro com a provisão:

Relacionadas a Sinistros	Quantidade	Valor Reclamado Atualizado	Valor em Risco	Valor Provisionado	Valor Provisionado/Valor Reclamado
Perda Provável	-	-	-	-	0%
Perda Possível	-	-	-	-	0%
Perda Remota	1	48	12	12	25%
Total	1	48	12	12	25%

d) Desenvolvimento de Sinistros Administrativos e Judiciais.

Desenvolvimento de sinistros ocorridos: a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

<u>Mês/ano de ocorrência</u>	<u>Sinistros administrativos</u>				<u>Total</u>
	<u>Até 12/2022</u>	<u>12/2023</u>	<u>12/2024</u>	<u>12/2025</u>	
Incorrido					
Até a data-base:	1.067.924	243.493	536.390	423.640	2.271.447
Um ano mais tarde:	1.086.016	357.809	600.490		2.044.315
Dois anos mais tarde:	1.050.707	355.239			1.405.946
Três anos mais tarde:	1.065.707				1.065.707
Posição em 31/12/2025	<u>1.065.707</u>	<u>355.239</u>	<u>600.490</u>	<u>423.640</u>	<u>2.445.076</u>
Pago acumulado					
Até a data-base:	(980.256)	(233.707)	(508.225)	(382.355)	(2.104.543)
Um ano mais tarde:	(1.049.711)	(354.614)	(596.275)		(2.000.600)
Dois anos mais tarde:	(1.050.707)	(355.239)			(1.405.946)
Três anos mais tarde:	(1.065.707)				(1.065.707)
Posição em 31/12/2025	<u>(1.065.707)</u>	<u>(355.239)</u>	<u>(596.275)</u>	<u>(382.355)</u>	<u>(2.399.576)</u>
PSL em 31/12/2025	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>4.215</u>	<u>41.285</u>	<u>45.500</u>
Diferença entre as estimativas inicial e final	<u>2.217</u>	<u>(111.746)</u>	<u>(64.100)</u>	<u>-</u>	
% Diferença	<u>0%</u>	<u>-31%</u>	<u>-11%</u>	<u>-</u>	

Desenvolvimento de sinistros ocorridos: a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros judiciais ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

Mês/ano de ocorrência	Sinistros judiciais				Total
	Até 12/2022	12/2023	12/2024	12/2025	
Incorrido					
Até a data-base:	18.710	0	0	0	18.710
Um ano mais tarde:	19.691	0	0		19.691
Dois anos mais tarde:	21.176	0			21.176
Três anos mais tarde:	22.341				22.341
Posição em 31/12/2025	22.341	0	0	0	22.341
Pago acumulado					
Até a data-base:	(10.234)	0	0	0	(10.234)
Um ano mais tarde:	(10.234)	0	0		(10.234)
Dois anos mais tarde:	(10.234)	0			(10.234)
Três anos mais tarde:	(10.234)				(10.234)
Posição em 31/12/2025	(10.234)	0	0	0	(10.234)
PSL em 31/12/2025	12.107	0	0	0	12.107
Diferença entre as estimativas inicial e final	(3.630)	0	0	-	
% Diferença	-16%	-	-	-	

e) Redutor da necessidade de cobertura das provisões – Direitos creditórios

A utilização de Direitos Creditórios como redutores da necessidade de ativos financeiros para a cobertura das provisões técnicas é regulamentada pelo Artigo 51 da Circular SUSEP nº 648 de 2021. Os Direitos Creditórios referem-se ao montante de prêmios a receber pela companhia, referente somente às parcelas não vencidas, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer na data-base de cálculo, considerando o valor e a vigência a decorrer de cada parcela de prêmio emitido. Em 31/12/2025, a Companhia possui Direitos Creditórios somente para os ramos 0114, pela imaterialidade não foi composto um quadro.

11. Impostos, Contribuições e Encargos sociais

a) Impostos e contribuições recolher

A descrição dos impostos e contribuições da Seguradora a recolher está a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a recolher	-	35
Contribuição social a recolher	-	22
PIS e COFINS a pagar	24	19
Contribuições retidas na fonte	39	29
Total de impostos e contribuições	63	105

b) Encargos trabalhistas a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões férias e 13º salário	157	122
Encargos Social a Recolher	31	32
Total de Obrigações Trabalhistas	188	154

12. Obrigações a pagar

Detalhamos abaixo a composição das obrigações a pagar da Seguradora em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Até um ano	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	52	45
Honorários, Remuneração e Gratificação a pagar	126	86
Dividendos a pagar	58	76
Obrigações a Pagar	236	207
Outras contas a pagar	94	10
Outras contas a pagar	94	10

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.088.303,34 em 31 de dezembro de 2025 representado por 765.678 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo:

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO
REGINALDO CZEZACKI	45,00%
NILSON MARTINS MARQUES	22,50%
WILSON MARTINS MARQUES	22,50%
BORTOLOTTO PARTICIPAÇÕES	10,00%

b) Reserva de lucros

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

A Seguradora constitui sua reserva legal baseada no que determina a lei da sociedade anônima (5% legal). E o valor restante é constituído como reserva estatutária conforme estatuto da empresa.

c) Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício do ano, conforme estabelecido no estatuto social. Foram propostos dividendos de acordo com os limites mínimos previstos no Estatuto Social da cia. Os dividendos apurados, impactaram em uma redução de R\$ 57.894,56 no Patrimônio Líquido, como segue:

	<u>31/12/2025</u>
Lucro o Exercício	244
Reserva Legal - 5%	<u>12</u>
Saldo	<u>232</u>
Dividendos 25% do lucro remanescente	58
Saldo (Reserva Estatutária)	<u>174</u>

d) Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básicos e diluído por ação:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do ano	244	318
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>765.678</u>	<u>735.899</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,32</u>	<u>0,43</u>

e) Patrimônio líquido ajustado e solvência

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Patrimônio Líquido	6.691	6.259
(-) Intangíveis	(3)	(10)
(-) Partic. Outras companhias	(169)	(169)
1. Ajustes Contábeis (a)	<u>-172</u>	<u>-179</u>
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (b)	-	-
PLA nível 01	6.519	6.080
PLA nível 02	-	-
PLA nível 03	-	-
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	-	-
Capital Base - (c)	<u>3.960</u>	<u>3.960</u>
Capital Risco de Subscrição	846	664
Capital Risco de Crédito	4	3
Capital Risco Operacional	22	17
Capital Risco de Mercado	6	8
(-) Correlação entre Capitais de Risco	<u>(6)</u>	<u>(7)</u>
Capital de Risco (d)	<u>871</u>	<u>684</u>
Patrimônio Líquido Ajustado	6.519	6.080
(-) CMR - Maior entre (c) ou (d)	<u>3.960</u>	<u>3.960</u>
Suficiência de Capital	<u>2.559</u>	<u>2.120</u>
Suficiência de Capital (%)	64,6%	53,5%

14. Percentuais de Custo de Aquisição e Sinistralidade dos principais Ramos:

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Prêmio Ganho</u>	<u>% Sinistralidade</u>	<u>% Custo de Aquisição</u>	<u>Prêmio Ganho</u>	<u>% Sinistralidade</u>	<u>% Custo de Aquisição</u>
0114 - Patrimonial	1.316	7,95%	0,55%	1.082	25,35%	1,41%
0982 - AP - coletivo	3.737	8,39%	4,65%	2.805	11,89%	3,93%
0993 - Vida em Grupo	232	16,01%	0,10%	197	19,76%	0,02%
0977 - Prestamista	133	30,64%	0,24%	117	27,79%	1,00%
1381 - AP - individual	-	0,00%	0,00%	-	5,36%	35,01%
Total Geral	<u>5.418</u>	<u>9,15%</u>	<u>3,35%</u>	<u>4.201</u>	<u>16,17%</u>	<u>3,02%</u>

15. Tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados.

Os ramos comercializados pela Seguradora (Vida Coletivo, ramo 0993; APC, ramo 0982; e Prestamista, ramo 0977) são coletivos, logo, não guardam taxa de carregamento fixa, nem despesas de comercialização fixa, pois tais parâmetros são aderentes às condições de cada grupo segurado e respectivo estipulante. A estrutura de custeio destes planos não prevê a garantia de taxas de juros, uma vez que são estruturados no regime financeiro de repartição simples, e considera como base de precificação em cada cobertura a experiência da Companhia ou populacional, entretanto, no caso da cobertura de Morte, a precificação observa como parâmetro as taxas da Tábua de Mortalidade BR-EMSmt2021 para o ramo 0993, e da Tábua de Mortalidade AT-83 (IAM) Male para o ramo 0977.

16. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
a) Prêmios emitidos		
Prêmios emitidos	5.322	4.199
Prêmios restituídos/cancelados	(2)	(70)
Prêmios – Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	114	82
Total - Prêmios emitidos	5.434	4.211
b) Variação das provisões técnicas de prêmios		
Provisão de Prêmios Não Ganhos (RVNE)	-	-
Provisão de Despesas Administrativas (PDA)	-	-
Provisão de Excedente Técnico (PET)	(18)	(11)
Total - Variação das provisões técnicas de prêmios	(18)	(11)
c) Receita com emissão de apólices	-	-
d) Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(500)	(615)
Despesas com sinistros	-	-
Variação da Prov.Sinistros Ocor.mas Não Avis.(IBNR)	9	(59)
Variação Despesas Relacionadas do IBNR	(6)	(5)
Total - Sinistros ocorridos	(497)	(680)
e) Custos de aquisição		
Comissões	(182)	(127)
Total - Custos de aquisição	(182)	(127)
f) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	38	-
Outras receitas com operações de seguros	38	-
Outras despesas operacionais	(593)	(82)
Provisões Cíveis	-	-
Outras Despesas Operacionais	(28)	(12)
Despesas Diversas	(565)	(70)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(555)	(82)
g) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(1.670)	(1.358)
Serviços de terceiros	(1.489)	(1.327)
Localização e funcionamento	(165)	(139)
Publicidade e propaganda	-	(10)
Donativos e Contribuições	-	-
Outras despesas administrativas	-	-
Despesas Administrativas - DPVAT	-	-
Total	(3.324)	(2.834)
h) Despesas com tributos		
COFINS	(234)	(167)
PIS	(38)	(27)
Taxa de fiscalização	(777)	(288)
Outros	(2)	(2)
Total	(1.051)	(484)
i) Resultado financeiro		
Receitas financeiras	864	592
Fundos de investimentos	-	-
Receitas com títulos de renda fixa Privados	-	-
Receitas com títulos de renda fixa públicos	864	592
Outras receitas financeiras (DPVAT)	-	-
Outras receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(202)	(31)
Outras despesas financeiras (DPVAT)	(202)	(31)
Total do resultado financeiro	662	561
j) Resultado Patrimonial		
Dividendos e Rendimentos	-	-
Total - Resultado Patrimonial	-	-
k) Resultado não Operacional		
Ativos não recorrentes	5	1

Total - Resultado não Operacional	<u>5</u>	<u>1</u>
L) Participação sobre o Lucro	-	-
Participação nos Lucros e Resultados	(106)	(69)
Total - Participação sobre o Lucro	<u>(106)</u>	<u>(69)</u>

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Contábil	369	369	486	486
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Ajuste ao Lucro	4	4	1	1
Base de Cálculo	373	373	487	487
Alíquota IRPJ e CSLL	25%	20%	25%	20%
Adicional IRPJ	10%	0%	10%	0%
Total de Impostos	69	56	96	72

18. Transações com partes relacionadas

18.1. Transações com pessoal-chave

As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários de diretoria e encargos	<u>60</u>	<u>48</u>
	60	48

18.2. Transações e saldos

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas com valores, prazos e taxas médias compatíveis com aqueles praticados entre terceiros, considerando as condições vigentes nas respectivas datas. Essas transações abrangem tanto as receitas provenientes de prêmios de seguros, como também as despesas associadas às operações, diretamente relacionadas à execução das atividades da cia. As principais transações realizadas durante o exercício de 2025 são:

Empresa	Partes relacionadas	
	2025	2024
Despesas pagas com partes Relacionadas		
Prever Angelus Administradora Ltda.	133	124
Prever serviços Póstumos Ltda.	4	3
R. Czezacki & cia Ltda.	-	3
Empresa Funerária SESF Ltda.	-	3
Angelus Assistência Funeral Familiar Ltda.**	19	19
Total	<u>156</u>	<u>152</u>
Prêmios emitidos com partes Relacionadas		
Prever Angelus Administradora Ltda.	1.861	1.590
Prever Serviços Póstumos De Santa Catarina Ltda.	367	332
Prever Serviços Póstumos Ltda.	367	396
Angelus Assistência Funeral Familiar Ltda.	1.133	1.035
Jwg Administração E Serviços Ltda.	313	163
Angelus Multiassistência Pessoal E Empresarial Ltda.	30	20
Amigoo Pet Serviços De Assistência Para Animais Domésticos Ltda.	24	24
Pax Nacional Prever Serviços Póstumos Ltda.	588	231
Angelus Planos De Assistência Familiar Ltda	4	-
Cliniprev Consultórios Médicos Ltda	2	-
Angelus Multiassistência Pessoal E Empresarial Ltda.	1	-
Total	<u>4.690</u>	<u>3.792</u>

** As despesas com partes relacionadas pagas à empresa Angelus Assistência Funeral Familiar Ltda. referem-se ao excedente técnico, conforme estipulado em contrato.

19. Eventos Relevantes.

Reconhecimento de Taxa de Fiscalização – SUSEP

A Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 375.305,14 referente à Taxa de Fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, decorrente da Notificação de Lançamento de Crédito nº 7/2024/CORAF, vinculada ao processo administrativo nº 15414.661532/2024-17.

O referido lançamento compreendeu o reconhecimento, em junho de 2025, do valor total de R\$ 375.305,14, sendo R\$ 225.580,75 relativos à taxa de fiscalização, R\$ 45.116,15 correspondentes à multa de mora e R\$ 104.608,24 referentes a encargos de juros. Tal reconhecimento impactou de forma relevante o resultado do exercício de 2025, concentrando seus efeitos no primeiro semestre.

Em 03 de setembro de 2025, por meio do Ofício Eletrônico nº 41/2025/CORAF/CGFOP/DEATI/SUPERINTENDENTE/SUSEP, a Companhia protocolou junto à SUSEP pedido de parcelamento do débito, o qual foi devidamente deferido. O valor passou a ser liquidado em 60 (sessenta) parcelas mensais, tendo sido pagas 4 (quatro) parcelas até 31 de dezembro de 2025.

O saldo remanescente do parcelamento encontra-se devidamente registrado na contabilidade da Companhia, classificado no passivo circulante e não circulante, na rubrica outras obrigações a pagar, de acordo com os prazos de vencimento. Trata-se de evento não recorrente, de natureza regulatória.

Diretoria		
Cargo	Nome	Registro
Diretor	Reginaldo Czezacki	Não aplicável
Diretor Executivo	Luiz Claudio de Gênova	Não aplicável
Diretora riscos e controles	Luciana Romero Braga Borges	Não aplicável
Contador	Diego Henrique Fraile	CRC – PR-068873/O-4
Atuário responsável	Sérgio Rangel Guimarães	MIBA 0743

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da ANGELUS Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da Angelus Seguros S.A. - “Seguradora”, em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Angelus Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da Angelus Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2026.

Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841

ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087

CNPJ 06.114.280/0001-45 –Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
ANGELUS SEGUROS S.A.
Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ANGELUS SEGUROS S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ANGELUS SEGUROS S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados

(Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRCRS 009308-F
Ricardo Schmidt
Contador CRCRS no. 045.160-O